

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 03/01/2023 | Edição: 2 | Seção: 1 | Página: 245

Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

## PORTARIA GM/MS Nº 4.833, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2022

Altera a Portaria GM/MS Nº 1.083, de 11 de maio de 2022, que estabelece os critérios e procedimentos a serem adotados para a celebração e execução dos Termos de Execução Descentralizada (TED) no âmbito do Ministério da Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020, resolve:

Art. 1º A Portaria GM/MS Nº 1.083, de 11 de maio de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 5º Nas cláusulas necessárias ao TED, além daquelas previstas no art. 9º do Decreto nº 10.426, de 2020, devem constar, ainda:

I - a previsão expressa de obrigação de compartilhamento pela unidade descentralizada com a unidade descentralizadora, sempre que solicitado, da base de dados atualizada dos recursos humanos selecionados, contratados e em exercício no âmbito do TED, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) nome completo;
- b) CPF;
- c) número e ano do TED;
- d) título do projeto e descrição da meta na qual o contratado atua;
- e) cargo ou atribuição, conforme o caso; e
- f) remuneração.

II - a forma de resolução de situações omissas e controversas, da seguinte forma:

a) os casos omissos e as dúvidas porventura existentes serão resolvidos mediante entendimento entre as partes; e

b) as controvérsias suscitadas na execução do TED serão solucionadas pela Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF) da Advocacia-Geral da União (AGU)." (NR)

"Art. 6º .....

II - .....

f) analisar os custos, incluindo análise detalhada das despesas incluídas na taxa de administração, observando-se a legislação aplicável;

.....

XIV - caso a unidade descentralizada não observe o disposto no inciso XIII, instruir o processo com os pressupostos previstos no art. 5ª da Instrução Normativa TCU nº 71, de 28 de novembro de 2012, e encaminhar ao FNS para instaurar tomada de contas especial, se for o caso; e

.....

§ 1º É obrigatória a realização de análise de custos prévia à formalização do TED, conforme disposto no art. 35, § 1º, da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, de forma que o montante de recursos envolvidos seja compatível com o seu objeto, não permitindo a transferência de valores insuficientes à conclusão nem o excesso que possibilite uma execução por preços acima dos vigentes no mercado.

§ 2º A análise de custos prévia deve considerar limite máximo de vinte por cento em despesas com custos indiretos, incluindo a taxa de administração, conforme o disposto no inciso VI do art. 2º e no § 2º do art. 8º do Decreto nº 10.426, de 2020."(NR)

"Art. 7º Compete à Secretaria-Executiva autorizar a emissão do TED após:

I - verificação prévia do objeto do TED a ser celebrado para fins de eliminação de sobreposição com outros termos a serem celebrados ou já existentes, por meio do Departamento de Cooperação Técnica e Desenvolvimento em Saúde da Secretaria Executiva;

II - verificação da indicação das informações orçamentárias pela área finalística detentora do crédito orçamentário; e

III - aprovação do plano de trabalho pela área finalística detentora do crédito orçamentário." (NR)

"Art. 8º Compete à Superintendência Estadual do Ministério da Saúde:

....."(NR)

"Art. 9º-A. Compete à Subsecretaria de Assuntos Administrativos consolidar e manter atualizada a base de dados dos recursos humanos contratados para execução das atividades previstas no âmbito dos TED firmados com o Ministério da Saúde, observado o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018." (NR)

### CAPÍTULO III

#### DA FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO

##### "Seção I

##### Da Seleção da Unidade Descentralizada"

"Art. 10-A. O Ministério da Saúde, por meio da unidade descentralizadora, deverá realizar, preferencialmente, quando se mostrar cabível a adoção de procedimento competitivo, chamamento público para selecionar a unidade descentralizada que irá executar os programas os projetos ou as atividades específicas no âmbito do TED." (NR)

"Art. 10-B. O edital de chamamento público para seleção da unidade descentralizada deverá ser publicado no sítio eletrônico do Ministério da Saúde, com ampla divulgação, contendo critérios técnicos de seleção." (NR)

##### "Seção II

##### Da seleção de recursos humanos" (NR)

"Art. 10-C. Na hipótese de contratação de recursos humanos para atuação no âmbito do TED, esta deverá ser compatível com os objetivos constantes dos planos de trabalho e precedida de processo seletivo para seleção de profissionais com comprovada habilitação profissional e capacidade técnica ou científica compatíveis com o trabalho a ser executado.

§ 1º O instrumento convocatório do processo seletivo de que trata o caput deverá ser publicado e amplamente divulgado.

§ 2º As qualificações específicas exigidas dos profissionais a serem contratados deverão ser definidas com objetividade e clareza, devendo ficar evidenciada a relação com os produtos definidos no âmbito do TED.

§ 3º A seleção observará os princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, razoabilidade, proporcionalidade e eficiência, observadas as vedações constantes do art. 30-A." (NR)

##### "Seção III

##### Da Publicação das Propostas de TED" (NR)

.....

### "CAPÍTULO VII-A

#### DAS VEDAÇÕES NO ÂMBITO DOS TED"

"Art. 30-A. São vedadas as contratações, pela unidade descentralizada, de:

I - cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau de ocupante de Cargos Comissionados Executivos - CCE e de Funções Comissionadas Executivas - FCE de nível 13 ou superior do Ministério da Saúde;

II - servidores públicos com vínculo ativo no Ministério da Saúde; ou

III - colaborador que mantenha vínculo, por meio de outro instrumento de parceria firmado com o Ministério da Saúde.

§ 1º As vedações acima aplicam-se igualmente às contratações feitas por terceiros contratados pelo descentralizado na forma do art. 16, §3º, inciso II do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020.

§ 2º É permitida a contratação de recursos humanos para execução das atividades objeto do TED nas situações listadas no art. 4º do Decreto nº 7.203, de junho de 2010.

§ 3º As vedações de que trata este artigo não excluem outros tipos de vedações já normatizadas pelas unidades descentralizadas." (NR)

"Art. 30-B. Para fins de verificação do disposto no art. 30-A, o colaborador, previamente a efetivação de sua contratação, firmará Declaração Específica de que não se enquadra nas vedações previstas no citado dispositivo." (NR)

"Art. 30-C. Por meio de provocação, denúncia ou de ofício, a Diretoria de Integridade realizará levantamento acerca do cumprimento das normas previstas, adotando as providências cabíveis conforme o caso. " (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação.

**MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES**

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.